



Demonstrações Financeiras

Exercício 2019

Índice

Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019

• Balanço em 31 de Dezembro de 2019	3
• Demonstração dos Resultados por Natureza em 31 de Dezembro de 2019	4
• Demonstração de Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2019	5
• Demonstração de alterações dos Fundos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2019	6
• Anexo:	
1. Nota introdutória.....	8
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras....	8
3. Principais políticas contabilísticas.....	9
4. Fluxos de caixa.....	13
5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros..	13
6. Activos fixos tangíveis.....	13
7. Activos intangíveis.....	14
8. Locações.....	16
9. Outros créditos e ativos não correntes.....	16
10. Créditos a receber.....	16
11. Estado e outros entes públicos.....	16
12. Outros ativos correntes.....	17
13. Diferimentos.....	17
14. Fornecedores.....	18
15. Financiamentos obtidos.....	18
16. Outras Passivos Correntes.....	18
17. Fundos.....	18
18. Resultados transitados.....	19
19. Ajustamentos/Outras variações nos capitais próprios.....	19
20. Partes relacionadas.....	20
21. Prestações de serviços.....	20
22. Gastos com fornecimentos e serviços externos.....	21
23. Gastos com pessoal.....	21
24. Outros rendimentos.....	21
25. Outros gastos.....	22
26. Impostos sobre o rendimento.....	22
27. Informações exigidas por diplomas legais.....	22
28. Acontecimentos após a data do balanço.....	22

AGÊNCIA DE AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.
Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2019

Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior

BALANÇO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Rubricas	Notas	2019	2018
ATIVO:			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	6, 8	16 334,24	28 986,89
Ativos Intangíveis	7	50 383,06	50 383,06
Outros créditos e ativos não correntes	9	1 545,79	1 463,19
		68 263,09	80 833,14
Ativo corrente:			
Créditos a receber	10	535 400,00	628 500,00
Estado e outros entes públicos	11	8 193,45	3 650,00
Outros ativos correntes	12,14	7 846,53	6 933,04
Diferimentos	13	112 004,73	54 058,87
Caixa e depósitos bancários	4	11 146 012,43	9 260 122,17
		11 809 457,14	9 953 264,08
Total do Activo		11 877 720,23	10 034 097,22
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO:			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	17	3 100 000,00	3 100 000,00
Resultados transitados	18	1 069 709,93	1 029 158,32
Ajustamentos/Outras variações nos Fundos Patrimoniais	19	48 974,55	48 974,55
Resultado líquido do período		72 830,71	40 551,61
		4 291 515,19	4 218 684,48
PASSIVO:			
Passivo não corrente:			
Financiamentos obtidos	15	3 731,85	11 326,77
		3 731,85	11 326,77
Passivo corrente:			
Fornecedores	14	25 494,52	18 212,07
Estado e outros entes públicos	11	56 781,01	30 733,28
Financiamentos obtidos	15	7 594,02	7 594,02
Outros passivos correntes	16	1 482 853,64	888 296,60
Diferimentos	13	6 009 750,00	4 859 250,00
		7 582 473,19	5 804 085,97
Total do Passivo		7 586 205,04	5 815 412,74
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		11 877 720,23	10 034 097,22

O Conselho de Administração


 Alberto Manuel Sampaio Castro Arneral

Jacinto Jorge Carvalho


 João Alexandre Botelho Duarte Silva


 Sérgio Machado dos Santos


 Maria Teresa Duarte


 José António Cabral


 Arnaldo Pires

O Contabilista Certificado


 João Salvador Oliveira Cipriano
 CC nº 50925

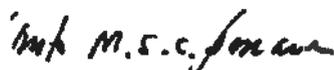
Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

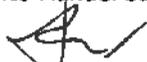
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

<u>Rendimentos e Gastos</u>	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Vendas e serviços prestados	21	3 630 879,00	3 429 997,00
Fornecimentos e serviços externos	22	(566 555,69)	(454 440,18)
Gastos com o pessoal	23	(2 960 198,07)	(2 934 136,42)
Outros rendimentos	24	7 677,43	22 822,73
Outros gastos	25	(24 515,11)	(8 951,15)
Resultado antes de depreciações, gastos financ. e impostos		87 287,56	55 291,98
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6, 7	(14 070,45)	(14 145,03)
Resultado operacional (antes gastos de financ. e impostos)		73 217,11	41 146,95
Juros e gastos similares suportados	15	(386,40)	(595,34)
Resultado antes de impostos		72 830,71	40 551,61
Resultado líquido do período		72 830,71	40 551,61

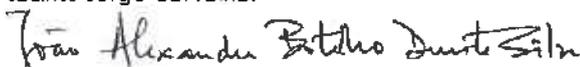
O Conselho de Administração



Alberto Manuel Sampaio Castro Amaral



Jacinto Jorge Carvalhal



João Alexandre Botelho Duarte Silva



Sérgio Machado dos Santos



Maria Teresa Duarte



José Antonio Cabral



Armando Pires

O Contabilista Certificado



João Salvador Oliveira Cipriano

CC nº 50925

Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

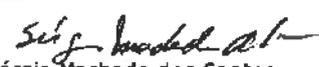
	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes/utentes		5 252 650,08	5 320 120,66
Pagamento a fornecedores		(405 626,42)	(408 928,75)
Pagamentos ao pessoal		(1 936 237,10)	(1 819 824,77)
Fluxos gerados pelas operações		<u>2 910 786,56</u>	<u>3 091 367,14</u>
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento	11	2 330,55	4 292,61
Outros recebimentos/pagamentos		(1 025 567,23)	(1 013 347,56)
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>1 887 549,88</u>	<u>2 082 312,19</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		5 751,04	16 143,22
		<u>5 751,04</u>	<u>16 143,22</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos Fixos Tangíveis	6	(737,90)	(5 560,90)
		<u>(737,90)</u>	<u>(5 560,90)</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>5 013,14</u>	<u>10 582,32</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamento obtidos	15	(6 524,23)	(7 461,46)
Juros e gastos similares	15	(148,53)	(531,67)
		<u>(6 672,76)</u>	<u>(7 993,13)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>(6 672,76)</u>	<u>(7 993,13)</u>
Variações de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		1 885 890,26	2 094 901,38
Caixa e seus equivalentes no início do período		9 260 122,17	7 175 220,79
Caixa e seus equivalentes no fim do período		11 146 012,43	9 260 122,17

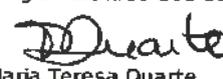
O Conselho de Administração


 Alberto Manuel Sampaio Castro Amaral

Jacinto Jorge Carvalho


 João Alexandre Botelho Duarte Silva

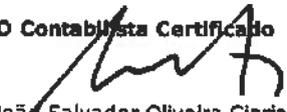

 Sérgio Machado dos Santos


 Maria Teresa Duarte

Jose Antonio Cabral


 Armando Pires

O Contabilista Certificado


 João Salvador Oliveira Cipriano
 CC nº 50925

AGÊNCIA DE AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.
Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2019

Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais - Exercício de 2019

Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe				
	Fundos	Resultados transitados	Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais
Posição no Início do Período 2019	3 100 000,00	1 029 158,32	48 974,55	40 551,61	4 218 684,48
Alterações no período					
Aplicação de resultados de 2018	-	40 551,61	-	(40 551,61)	-
	-	40 551,61	-	(40 551,61)	-
Resultado Líquido do Período				72 830,71	72 830,71
Resultado Integral				32 279,10	32 279,10
Operações com instituidores no período	-	-	-	-	-
Posição no Fim do Período 2019	3 100 000,00	1 069 709,93	48 974,55	72 830,71	4 291 515,19

**Montantes expressos em Euros

O Conselho de Administração

Alberto M. S. C. Amaral
 Alberto Manuel Sampaio Castro Amaral

Jacinto Jorge Carvalho

João Alexandre Botelho Duarte Silva
 João Alexandre Botelho Duarte Silva

Sérgio Machado dos Santos
 Sérgio Machado dos Santos

Maria Teresa Duarte
 Maria Teresa Duarte

Jose Antonio Cabral
 Jose Antonio Cabral

Armando Pires
 Armando Pires

O Contabilista Certificado

João Salvador Oliveira Cipriano
 João Salvador Oliveira Cipriano
 CC n.º 50925

AGÊNCIA DE AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.
Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2019

Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais - Exercício de 2018

Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe				
	Fundos	Resultados transitados	Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais
Posição no Início do Período 2018	3 100 000,00	2 168 279,90	48 974,55	(1 139 121,58)	4 178 132,87
Alterações no período					
Aplicação de resultados de 2017	-	(1 139 121,58)		1 139 121,58	-
	-	(1 139 121,58)	-	1 139 121,58	-
Resultado Líquido do Período				40 551,61	40 551,61
Resultado Integral				1 179 673,19	1 179 673,19
Operações com Instituidores no período	-	-	-	-	-
Posição no Fim do Período 2018	3 100 000,00	1 029 158,32	48 974,55	40 551,61	4 218 684,48

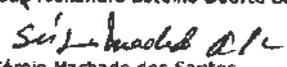
**Montantes expressos em Euros

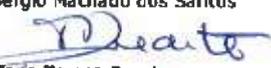
O Conselho de Administração


 Alberto Manuel Sampaio Castro Amaral

Jacinto Jorge Carvalhal


 João Alexandre Botelho Duarte Silva


 Sérgio Machado dos Santos


 Maria Teresa Duarte


 Jose Antonio Cabral


 Armândo Pires

O Contabilista Certificado


 João Salvador Oliveira Cipriano
 CC n.º 50925

Anexo às Demonstrações Financeiras

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

Instituída pelo Estado através do Decreto-Lei nº 369/2007, de 5 de Novembro, a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), é uma fundação de direito privado, constituída por tempo indeterminado, dotada de personalidade jurídica e reconhecida como de utilidade pública. É independente no exercício das suas atribuições e competências, sem prejuízo dos princípios orientadores fixados legalmente pelo Estado.

A sua missão consiste em garantir a qualidade do ensino superior em Portugal, através da avaliação e da acreditação das instituições de ensino superior e dos seus ciclos de estudos, bem como no desempenho das funções inerentes à inserção de Portugal no sistema europeu de garantia da qualidade do ensino superior.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e estão sujeitas a parecer do Conselho de Curadores, de acordo com os estatutos da Agência.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Agência atua.

É entendimento do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Agência, a sua posição e desempenho financeiros, bem como os fluxos de caixa gerados no período.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março, que aprovou o regime da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), em execução do disposto do nº 2 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística e que é parte integrante deste e alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho.

2.2 Disposições derogadas no exercício

No exercício corrente não foram derogadas quaisquer disposições.

2.3 Adopção pela primeira vez da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL)

Em 2010 a Agência apresentou as demonstrações financeiras de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF).

O Balanço em 31 de Dezembro de 2010 e as demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações dos fundos patrimoniais, bem como a informação constante das respectivas notas anexas, relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, apresentadas para efeitos comparativos, foram ajustados em conformidade com as NCRF-ESNL.

Não houve qualquer ajustamento ou alteração de políticas contabilísticas decorrentes da adopção das NCRF-ESNL. A transição dos anteriores princípios contabilísticos geralmente aceites para a NCRF-ESNL não afectou a posição e desempenho financeiro.

3. Principais políticas contábilísticas:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contábilísticos da Agência mantidos de acordo com as Normas Contábilísticas e de Relato Financeiro.

3.2 Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação/operação dos mesmos, que a Agência espera vir a incorrer.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alterações a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transacção e o valor líquido contábilístico do activo, sendo reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.4 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

3.5 Activos intangíveis

Os activos Intangíveis registados referem-se a projectos de desenvolvimento da plataforma Informática da Agência, bem como a licenças de software e são registados ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos respectivos activos.

As vidas úteis e método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Refira-se que os activos intangíveis registados até 31 de Dezembro de 2009 foram integralmente adquiridos com recurso ao financiamento proporcionado pelo subsídio de instalação atribuído pelo Estado, pelo que as respectivas amortizações anuais registadas são compensadas com o registo do rendimento correspondente ao subsídio de investimento imputado.

3.6 Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transacções são facturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem com as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

3.7 Activos e passivos financeiros

Os activos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas (no caso de activos financeiros), quando:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Os activos e passivos financeiros incluem:

- Clientes;
- Adiantamentos a fornecedores;
- Outras contas a receber;
- Fornecedores;
- Outras contas a pagar;
- Financiamentos obtidos.

Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Imparidade de activos financeiros

Para os activos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do activo e a melhor estimativa do justo valor desse activo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados, na rubrica "Perdas por imparidade", no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

A reversão deve ser efectuada até ao limite do montante que estaria reconhecido caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade".

Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A Agência desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os activos financeiros transferidos relativamente aos quais a A3ES reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Agência desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.8 Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Agência irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de activos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício, de forma consistente e proporcional com as depreciações dos activos cuja aquisição se destinaram.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem, sendo registados no passivo na rubrica de rendimentos diferidos até ao momento da sua utilização.

Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.9 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber e é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Agência;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Agência e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.10 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Em 31 de Dezembro de 2019 não existem factos que mereçam o registo de provisões ou a divulgação de activos ou passivos contingentes.

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Agência tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Activos contingentes

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.12 Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.13 Juízos de valor, pressupostos críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam o valor contabilístico dos activos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período. As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo, e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras referem-se, sobretudo:

a) No exercício de 2019, por já serem conhecidas em detalhe as remunerações a pagar relativas a processos de acreditação e avaliação entretanto terminados, mas cujas remunerações ainda não tinham sido colocadas à disposição dos membros das CAE, o valor foi acrescido como gasto do exercício, pelo seu valor absoluto. Assim, a 31 de Dezembro de 2019 o saldo nessa conta é de 787.291,14 euros relativo a valores a liquidar em 2020, mas que devem ser reconhecidos como gastos de 2019. (Nota 16).

b) Foram diferidas as taxas de processos de acreditação que só se iniciarão após 1 de Janeiro de 2020, sendo nesse momento que serão registados os gastos com estas avaliações (Nota 13).

No cômputo dos custos de acreditação dos Novos Ciclos de Estudos (NCE), 50% do valor da taxa destinam-se a cobrir gastos com as Comissões de Avaliação Externa (CAE's) e os outros 50% para cobertura de gastos de estrutura, com a criação e passos preliminares do processo de acreditação. Considerando que um processo NCE tem uma duração máxima de 12 meses (Outubro a Setembro) considera-se que em 31 de Dezembro terão decorrido 3 meses desse período. Consideram-se, por isso, rendimentos do período, 50% dos 3/12 das taxas cobradas a título de creditações NCE, nesse mesmo exercício.

4. Fluxos de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, em caixa e seus equivalentes inclui-se numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses).

O caixa e seus equivalentes, em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, têm a seguinte composição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Numerário	3 571,31	4 567,52
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	1 992 441,12	3 305 554,65
Outras aplicações de tesouraria	<u>9 150 000,00</u>	<u>5 950 000,00</u>
Caixa e depósitos bancários	<u>11 146 012,43</u>	<u>9 260 122,17</u>

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não foram alteradas quaisquer estimativas ou políticas contabilísticas, quer no período corrente, quer em períodos anteriores.

6. Activos fixos tangíveis:

a) Quantia escriturada bruta e depreciações acumuladas

Rubricas	Situação inicial			Situação final		
	Quantia bruta	Depr. E Imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depr. E Imparidade acumuladas	Quantia escriturada
Equipamento de Transporte	45 064,84	(22 532,43)	22 532,41	45 064,84	(33 798,63)	11 266,21
Equipamento Administrativo	115 080,76	(108 626,28)	6 454,48	116 498,56	(111 430,53)	5 068,03
Totais	<u>160 145,60</u>	<u>(131 158,71)</u>	<u>28 986,89</u>	<u>161 563,40</u>	<u>(145 229,16)</u>	<u>16 334,24</u>

b) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

AGÊNCIA DE AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.
Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2019

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 o movimento ocorrido nos activos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Exercício 2019		
	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Total
Activo bruto:			
Saldo inicial 01.01.2019	45 064,84	115 080,76	160 145,60
Aquisições	-	1 417,80	1 417,80
Saldo final 31.12.2019	45 064,84	116 498,56	161 563,40
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo inicial 01.01.2019	22 532,43	108 626,28	131 158,71
Amortizações do exercício	11 266,20	2 804,25	14 070,45
Saldo final 31.12.2019	33 798,63	111 430,53	145 229,16
Activo líquido em 31.12.2019	11 266,21	5 068,03	16 334,24

	Exercício 2018		
	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Total
Saldo inicial 01.01.2018	45 064,84	109 519,86	154 584,70
Aquisições	-	5 560,90	5 560,90
Saldo final 31.12.2018	45 064,84	115 080,76	160 145,60
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo inicial 01.01.2018	11 266,22	105 747,46	117 013,68
Amortizações do exercício	11 266,21	2 878,82	14 145,03
Saldo final 31.12.2018	22 532,43	108 626,28	131 158,71
Activo líquido em 31.12.2018	22 532,41	6 454,48	28 986,89

c) Vidas úteis

As depreciações dos activos tangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha recta de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Activos fixos tangíveis	N.º de anos
Equipamento de Transporte	4
Equipamento Administrativo	3 a 8

As depreciações do exercício, no montante de 14.070,45 euros (14.145,03 euros em 2018) foram registadas na rubrica de "gastos de depreciações e amortizações".

7. Activos Intangíveis

a) Quantia escriturada bruta e depreciações acumuladas

AGÊNCIA DE AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.
Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2019

Rubricas	Situação Inicial			Situação final		
	Quantia bruta	Amortiz. e imparidade acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortiz. e imparidade acumuladas	Quantia escriturada
Projectos de Desenvolvimento	122 280,00	(122 280,00)	-	122 280,00	(122 280,00)	-
Programas de computador	16 661,89	(16 661,89)	-	16 661,89	(16 661,89)	-
Projectos de Desenvolvimento em curso	50 383,06	-	50 383,06	50 383,06	-	50 383,06
Totais	189 324,95	(138 941,89)	50 383,06	189 324,95	(138 941,89)	50 383,06

b) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e em 31 de Dezembro de 2018, o movimento ocorrido nos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2019		
	Projectos de desenvolvimento	Programas de computadores	Total
Activo bruto:			
Saldo inicial 01.01.2019	172 663,06	16 661,89	189 324,95
Saldo final 31.12.2019	172 663,06	16 661,89	189 324,95
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo inicial 01.01.2019	122 280,00	16 661,89	138 941,89
Saldo final 31.12.2019	122 280,00	16 661,89	138 941,89
Activo liquido em 31.12.2019	50 383,06	-	50 383,06
	Exercício 2018		
	Projectos de desenvolvimento	Programas de computadores	Total
Activo bruto:			
Saldo inicial 01.01.2018	122 280,00	16 661,89	138 941,89
Aquisições	50 383,06	-	50 383,06
Saldo final 31.12.2018	172 663,06	16 661,89	189 324,95
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo inicial 01.01.2018	122 280,00	16 661,89	138 941,89
Saldo final 31.12.2018	122 280,00	16 661,89	138 941,89
Activo liquido em 31.12.2018	50 383,06	-	50 383,06

c) Vidas úteis

Os bens inscritos nesta rubrica têm uma vida útil finita e, como tal, estão sujeitas a depreciações anuais, sendo estas calculadas numa base sistemática segundo o método da linha recta de acordo com um período de vida útil esperado de 3 anos.

Não houve amortizações no exercício de 2018 e 2019.

d) Investimentos em curso

Foram mantidos durante o ano de 2019 investimentos em ativos intangíveis no valor de 50.383,06€ que ainda não se encontram em funcionamento.

8. Locações

A agência tem os seguintes elementos adquiridos sob a forma de locação financeira (Nota 15):

<u>Bem</u>	<u>Rubrica</u>	<u>V. Aquisição</u>	<u>A. Acumulada</u>	<u>V. Líquido</u>
Viatura 61-SV-45	Eq. Transporte	45 064,84	(33 798,63)	11 266,21
TOTAL		45 064,84	(33 798,63)	11 266,21

9. Outros créditos e ativos não correntes

O saldo presente nesta conta, no valor 1.545,79€, diz respeito ao valor aplicado no Fundo de Compensação do Trabalho.

10. Créditos a receber

Os saldos de clientes em 31 de Dezembro de 2019 e 31 de Dezembro de 2018 referem-se a taxas devidas e já debitadas a Instituições de Ensino Superior que ainda não haviam sido liquidadas e desagregam-se da seguinte forma:

<u>Rubricas</u>	<u>2019</u>		<u>2018</u>	
	<u>Activo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Activo</u>	<u>Passivo</u>
Cientes:				
Instituições de Ensino	535 400,00	-	628 500,00	-
Totais	535 400,00	-	628 500,00	-

Não existem quaisquer perdas por imparidade associadas aos valores a receber dos clientes.

11. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

<u>Rubricas</u>	<u>2019</u>		<u>2018</u>	
	<u>Activo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Activo</u>	<u>Passivo</u>
Imposto s/o rendimento das pessoas colectivas	1 319,45	-	3 650,00	-
Retenção de impostos s/rendimentos	6 874,00	31 381,26	-	4 079,60
Segurança Social, CGA e ADSE	-	25 345,34	-	26 608,39
Outras tributações - FCT e FGCT a pagar	-	54,41	-	45,29
Totais	8 193,45	56 781,01	3 650,00	30 733,28

Atendendo a que a Agência é uma entidade isenta em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, o valor de IRC que se apresenta no ativo foi indevidamente retido na fonte por entidades bancárias e será reembolsado no ano seguinte ao da retenção.

12. Outros ativos correntes

A rubrica de "Outros ativos correntes" desagrega-se da seguinte forma em 31 de Dezembro de 2019 e 2018:

Rubricas	2019	2018
Correntes:		
Adiantamento de Fornecedores	450,00	450,00
Devedoras p/acréc. Rendimentos:		
Juros a Receber	3 894,38	2 755,14
Outros		
Outras contas a receber	3 502,15	3 727,90
Totais	7 846,53	6 933,04

[Handwritten signatures and initials]

13. Diferimentos

Foram diferidos para exercícios seguintes os gastos, ou a quota-parte destes, cujo pagamento ocorreu neste exercício ou anterior e que se refiram a períodos subsequentes, bem como os rendimentos cujo recebimento ocorreu neste exercício ou anterior e que se referem a períodos subsequentes.

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 foram diferidos os seguintes gastos e rendimentos (Nota 3.13 b)):

Rubricas	2019		2018	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Gastos a Reconhecer:				
Rendas	9 865,83	-	9 269,83	-
Seguros	2 299,40	-	2 363,38	-
Outros Gastos diferidos	65 060,14	-	890,66	-
ENQA	34 155,00	-	41 535,00	-
EQAR	624,36	-	-	-
Rendimentos a Reconhecer:				
NCE/17	-	-	-	45 000,00
NCE/18	-	-	-	661 500,00
NCE/19	-	960 750,00	-	-
ACEF/1617	-	-	-	144 000,00
ACEF/1718	-	-	-	1 046 500,00
ACEF/1819	-	2 036 250,00	-	2 848 500,00
ACEF/1920	-	2 934 000,00	-	-
PERA/1718	-	-	-	26 000,00
PERA/1819	-	-	-	47 250,00
PERA/1920	-	78 750,00	-	-
REAS/1718	-	-	-	40 500,00
Totais	112 004,73	6 009 750,00	54 058,87	4 859 250,00

A

14. Fornecedores

Nos anos de 2019 e 2018 decompunham-se da seguinte forma as quantias a pagar a fornecedores:

Rubricas	2019		2018	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Fornecedores Gerais	450,00	25 494,52	450,00	18 212,07
Totais	450,00	25 494,52	450,00	18 212,07

O prazo médio dos pagamentos foi nos exercícios de 2019 e 2018 de 24 dias.

15. Financiamentos Obtidos

A agência dispõe de um financiamento por locação financeira junto do Banco Millennium BCP apresentando, em 2019 os seguintes valores em dívida:

	2019		2018	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Locações Financeiras:				
BCP #400116509	3 731,85	7 594,02	11 326,77	7 594,02
Totais	3 731,85	7 594,02	11 326,77	7 594,02

Em resultado deste financiamento obtido, foram reconhecidos no exercício, gastos decorrentes de juros suportados no montante de 386,40 euros (573,69 euros em 2018).

16. Outros passivos correntes

A rubrica de "Outros passivos correntes" desagrega-se da seguinte forma em 31 de Dezembro de 2019 e 2018:

Rubricas	2019	2018
Correntes:		
Credores p/acréc. Gastos:		
Férias + S.Férias + Encargos	192 358,94	198 575,43
CAES	787 291,14	677 565,78
Outros acréscimos de gastos	97 481,39	9 133,77
Outros	405 722,17	3 021,62
Totais	1 482 853,64	888 296,60

17. Fundos

O Fundo da Agência ascende a 3.100.000,00 euros e foi integralmente realizado pelo Estado, através do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Nos termos do n.º 3 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 369/2007, de 5 de Novembro, que instituiu a Agência, a contribuição financeira total atribuída pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior ascendeu a 4 milhões de euros, repartido da seguinte forma:

a) A título de dotação inicial o montante de 1.000.000 euros, recebido na sequência da criação da Agência.

b) O montante de 3.000.000,00 euros, a título de subsídio de instalação, sendo que esta contribuição, recebida no exercício de 2009, foi classificada de acordo com a respectiva natureza de utilização, que se resume da seguinte forma:

Fundo	2.100.000,00
Subsídio ao investimento (Outras variações fundo)	209.540,00
Subsídio de exploração	690.460,00
	3.000.000,00

Salienta-se que, em caso de extinção da Agência, todo o seu património reverte para o Estado, salvo quando seja fundida ou incorporada noutra entidade, situações em que o património pode reverter, total ou parcialmente, para esta.

18. Resultados transitados

Com parecer favorável do Conselho de Curadores foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 e foi decidido que o resultado líquido positivo referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a rubrica de Resultados transitados.

19. Outras Variações nos Fundos Patrimoniais

Esta rubrica é composta pelo montante de subsídios do Governo recebidos relacionados com a aquisição de activos, sendo reduzida na mesma medida que os respectivos investimentos são depreciados.

Em 2019 e 2018 os investimentos financiados por subsídios apresentam-se no quadro em baixo:

Rubrica	Montante Recebido	Rédito do período	Rédito Acumulado	Subsídio a reconhecer
Projectos de desenvolvimento	122 280,00	0,00	122 280,00	0,00
Programas de computadores	1 539,32	0,00	1 539,32	0,00
Equipamento administrativo	36 745,91	0,00	36 745,91	0,00
Investimentos a adquirir	48 974,55	0,00	0,00	48 974,55
	209 539,78	0,00	160 565,23	48 974,55

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 31 de Dezembro de 2018 não foram reconhecidos rendimentos relativos a subsídios ao investimento, restando ainda uma verba residual de 48.974,55 euros por realizar, em exercícios futuros.

Rubrica	Subsídio à exploração	Subsídios relacionados com activos	Efeito total de subsídios
Subsídio por reconhecer em 31.12.2013	-	54 322,11	54 322,11
Imputação a resultados do exercício	-	1 782,59	1 782,59
Subsídio a reconhecer em 31.12.2014	-	52 539,52	52 539,52
Imputação a resultados do exercício	-	1 782,59	1 782,59
Subsídio a reconhecer em 31.12.2015	-	50 756,93	50 756,93
Imputação a resultados do exercício	-	1 782,59	1 782,38
Subsídio por reconhecer em 31.12.2016	-	48 974,34	48 974,55
Imputação a resultados do exercício	-	0,00	0,00
Subsídio por reconhecer em 31.12.2017	-	48 974,34	48 974,55
Imputação a resultados do exercício	-	0,00	0,00
Subsídio por reconhecer em 31.12.2018	-	48 974,34	48 974,55
Imputação a resultados do exercício	-	0,00	0,00
Subsídio por reconhecer em 31.12.2019	-	48 974,34	48 974,55

20. Partes relacionadas

A Agência é uma entidade independente e totalmente autônoma das entidades com quem estabelece relações, comerciais ou de qualquer outra natureza, não tendo por isso qualquer relação classificada como "Partes relacionadas".

A Remuneração do pessoal chave da gestão nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 31 de Dezembro de 2018 têm a seguinte composição:

Rubricas	Exercício de 2019	Exercício de 2018
Conselho de Administração:		
Benefícios de curto prazo		
Remunerações	560 639,16	539 363,37
Contribuições Segurança Social	53 717,85	54 168,19
Contribuições Caixa Geral Aposentações	4 198,44	4 023,54
	618 555,45	597 555,10

O Conselho de Administração é composto em 31 de dezembro 2019 por quatro membros executivos e três membros não-executivos.

21. Prestação de serviços

Nos exercícios de 2019 e 2018 os rendimentos detalham-se da seguinte forma:

Rubricas	2019	2018
Acreditação de Novos Ciclos de Estudos (NCE)	870 750,00 €	799 500,00 €
Avaliação de Ciclos de Estudos em Funcionamento (ACEF)	2 341 350,00 €	767 000,00 €
Auditoria de Sistemas Internos de Garantia de Qualidade (ASIGQ)	125 000,00 €	24 000,00 €
Procedimento Especiais de Renovação da Acreditação (PERA)	100 250,00 €	384 000,00 €
Avaliação Institucional (AINST)		1 396 997,00 €
Relatórios de Follow-Up	62 500,00 €	25 500,00 €
Recursos de decisões para o Conselho de Revisão	105 000,00 €	28 500,00 €
Alterações à Estrutura Curricular de Ciclos de Estudos	350,00 €	
Research	25 679,00 €	4 500,00 €
Total	3 630 879,00 €	3 429 997,00 €

22. Gastos com Fornecimentos e Serviços Externos

Os gastos da rubrica Fornecimentos e Serviços Externos desagregam-se da seguinte forma nos anos de 2019 e 2018:

Rubricas	2019	2018
Subcontratos	14 545,96	936,26
Trabalhos Especializados	41 026,73	43 137,97
Publicidade e Propaganda	-	173,31
Vigilância e Segurança	78,11	63,71
Honorários	76 888,84	4 223,82
Conservação e Reparação	4 262,66	4 703,32
Serviços bancários	1 831,63	2 181,95
Ferramentas e Utens. Desg. Rápido	-	182,38
Material de escritório	2 136,25	2 203,73
Artigos de Oferta	-	300,00
Electricidade	4 516,92	4 661,90
Combustíveis	3 870,59	5 424,95
Deslocações e estadas	279 432,89	256 659,34
Rendas e alugueres	112 933,22	104 411,40
Comunicação	14 423,50	14 788,25
Seguros	870,63	733,92
Contencioso e Notariado	115,32	71,27
Limpeza, Higiene e Conforto	9 622,44	9 582,70
Totais	566 555,69	454 440,18

23. Gastos com o Pessoal

Os gastos da rubrica Pessoal desagregam-se da seguinte forma:

Rubricas	2019	2018
Vencimentos Órgãos Sociais	560 639,16	539 363,37
Vencimentos Pessoal	2 150 403,26	2 137 083,12
Encargos s/remunerações	234 429,45	239 491,86
Seguro Acidentes de Trabalho	7 561,87	7 064,94
Outros gastos com pessoal	7 164,33	11 133,13
Totais	2 960 198,07	2 934 136,42

O número médio de empregados no exercício de 2019 e 2018 foi de 31.

24. Outros Rendimentos

Os outros rendimentos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foram como segue:

Rubricas	2019	2018
Correcções relativas a Periodos Anteriores	-	2 762,76
Projectos	-	4 245,87
Outros Não especificados	-	0,22
Juros Obtidos	7 677,43	15 813,88
Totais	7 677,43	22 822,73

25. Outros Gastos

Os outros gastos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foram como segue:

Rubricas	2019	2018
Impostos	224,33	221,70
Correcções de Exercícios Anteriores	16 897,13	1 612,92
Quotizações	7 271,12	6 876,49
Multas	122,40	240,00
Outros gastos não especificados	0,13	0,04
Totais	24 515,11	8 951,15

26. Impostos sobre o rendimento

A agência goza de todas as isenções e benefícios fiscais aplicáveis às pessoas colectivas de utilidade pública, nos termos da legislação em vigor.

27. Informações exigidas por diplomas legais

Agência não apresenta dívidas ao Estado ou à Segurança Social em situação de mora. Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foram suportados pela Agência 6.912 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, referentes a honorários facturados pelo Revisor Oficial de Contas. Os honorários facturados dizem respeito exclusivamente, à actividade de revisão legal de contas.

28. Acontecimentos após a data do balanço

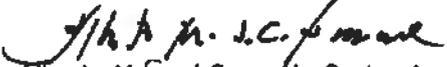
Como é do conhecimento geral, em março de 2020 foi declarada pela OMS como pandemia a disseminação da "Covid-19". Na data de aprovação destas demonstrações financeiras, a referida pandemia continua a expandir-se em Portugal, bem como na generalidade dos países europeus. Esta situação e a sua evolução, terão significativos impactos na economia global, os quais não deixarão de se refletir também no setor do ensino superior, no qual se insere a atividade da Agência. A extensão e o grau de severidade destes impactos não são ainda determináveis nesta data.

O Conselho de Administração da Agência tem vindo naturalmente a acompanhar a situação, tendo aprovado, logo na primeira quinzena do mês de março, um plano de contingência, com a preocupação de reduzir o risco de contágio entre os seus colaboradores. Isso sem deixar de assegurar, ao mesmo tempo, a continuidade das suas atividades. Dado o elevado grau de digitalização do seu funcionamento e das suas operações, essa atividade manteve-se praticamente inalterada, com exceção naturalmente dos processos de avaliação que incluem a visita das Comissões de Avaliação Externa às instituições de ensino superior, as quais tiveram de ser interrompidas. Para além do inevitável protelamento da conclusão desses processos, espera-se, ainda assim, que os constrangimentos da crise da "Covid-19", não venha a ter um muito grande impacto na situação da Agência.

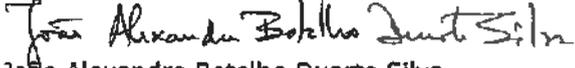
O Conselho de Administração da Agência entende assim que, com base na informação disponível a esta data, o princípio da continuidade das operações, utilizado na preparação das demonstrações financeiras da Agência, em 31 de dezembro de 2019, se mantém totalmente

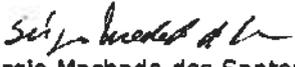
apropriado. Destas condicionantes não resultam, porém, quaisquer ajustamentos às Demonstrações Financeiras aqui apresentadas.

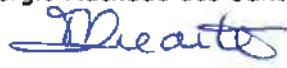
O Conselho de Administração

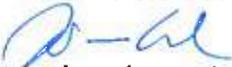

Alberto Manuel Sampaio Castro Amaral


Jacinto Jorge Carvalhal


João Alexandre Botelho Duarte Silva

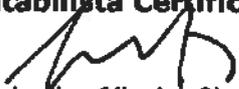

Sérgio Machado dos Santos


Maria Teresa Duarte


José António Cabral


Armándo Pires

O Contabilista Certificado


João Salvador Oliveira Cipriano
CC nº 50925

